PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

PLANO INTERCALAR DE FOMENTO

PARA 1965-1967

Com a Lei n.º 2123, de 14 de Dezembro de 1964,
autorizando a sua organização e execução

VOLUME II

LISBOA — IMPRENSA NACIONAL — 1964

77313

CAPITULO V

Província de Moçambique

§ 1.º Evolução recente, situação actual e perspectivas

1) Meio

1. A província de Moçambique situa-se na África oriental, entre os paralelos 10º 27′ e 26º 52′, ao sul do equador, e entre os meridianos 4º 51′ e 30º 12′, a este.

A extensão total das suas fronteiras é de 6579 km, dos quais 2795 km de fronteira marítima e 3784 km de fronteira terrestre, confinando ao norte com o Tanzania, a oeste com o Malawi, a Zâmbia, a Rodésia do Sul e a República da África do Sul e a sul com a República da África do Sul e a Suazilândia.

A área total é de cerca de 778 000 km².

2. A população actual é de cerca de 6 543 000 habitantes, a que corresponde uma densidade de 8,5 habitantes por quilómetro quadrado. Esta população apresenta-se distribuída por nove distritos, como mostra o quadro 1, verificando-se uma elevada concentração nos distritos da Zambézia, Moçambique e Lourenço Marques, com densidades, respectivamente, de 13,3, 18,4 e 27,6. A população destes três distritos totaliza no seu conjunto mais de 3 milhões de habitantes, ou seja cerca de 50 por cento da população total.

Nos restantes distritos a densidade populacional não excede os 8 habitantes por quilómetro quadrado, observando-se no distrito do Niassa a mais baixa densidade: 2,3 por quilómetro quadrado. Nota-se, porém, em certos concelhos uma acentuada concentração, destacando-se os de Ibo, Beira, Lourenço Marques e Moçambique.

O crescimento anual situa-se ao nível de 1,5 por cento no último decénio.

A estrutura sócio-económica da população caracteriza-se pela existência de duas camadas distintas, uma vivendo principalmente em regime de economia de subsistência e a segunda de nível cultural e económico comparável ao das regiões mais evoluídas.

QUADRO I

Evolução da população da provincia de Moçambique segundo os censos de 1940, 1950 e 1960

Distritos	População — Milhares			Acréscimos			
				Entre 1940 e 1950		Entre 1950 e 1960	
	1940	1950	1960	Milhares	Percentagens	Milhares	Percentagens
Lourenço Marques	242,9	297,9	447,3	55	22,6	149,4	50,1
Gaza	560,8	582,8	675	22	3,9	92,2	15,8
Inhambane	480,4	571,6	584,5	91,2	18,9	12,9	2,3
Manica e Sofala	462,9	610,6	779,5	147,7	31,9	168,9	27,6
Tete	412,6	438,7	474	26,1	6,3	35,3	8
Zambézia	1 006,4	1 164,4	1 370	158	15,7	205,6	17,7
Moçambique	1 213,1	1 317,6	1 439,3	104,5	8,6	121,7	9,2
Cabo Delgado	483,2	495	546,6	11,8	2,4	51,6	10,4
Niassa	223,4	260,4	276,8	37	16,5	16,4	6,3
Total	5 085,7	5 739	6 593	653,3	12,8	854	14,9

2) Recursos naturais

3. O conhecimento de que já se dispõe acerca das riquezas do subsolo da província permite concluir pelas suas grandes potencialidades. Pode, com efeito, contar-se desde já com importantes recursos em minérios de ferro e de carvão na região do Zambeze e de Tete. As pesquisas petrolíferas em curso revelaram, por seu lado, a existência de ricos jazigos de gás natural.

As potencialidades agrícolas são, por outra parte, muito latas, oferecendo em particular as zonas aluvionárias dos rios Incomati e Maputo e os vales dos rios Limpopo, Umbeluzi e Zambeze possibilidades quase ilimitadas de expansão da produção agrícola.

Como fontes potenciais de energia há que apontar a rede hidrográfica do Norte da província e em especial o rio Zambeze, cujo potencial energético está estimado em mais de 30 000 GWh.

3) Infra-estruturas

4. A configuração geográfica da província, muito alongada no sentido norte-sul, de largura relativamente reduzida em grande parte da sua área, cortada por numerosos cursos de água no sentido oeste-leste — conjugada com as necessidades de comunicação com o mar dos territórios vizinhos da África do Sul, Zâmbia e Rodésia do Sul —, deu origem à abertura de vias de penetração até eles, principalmente a partir dos nossos excelentes portos.

Por isso o sector dos «Transportes» contribui de modo muito apreciável para o produto interno bruto (cerca de 10 por cento) e, atendendo à importância do tráfego de trânsito, a parcela mais importante cabe ao tráfego ferroviário e ao movimento portuário (78,2 por cento).

A análise da estrutura da rede de transportes existente, tal como derivou dos factores atrás mencionados, revela a necessidade da sua adaptação para uma mobilização de vastos recursos produtivos potenciais. Pode imputar-se também à insuficiência de vias de comunicação o fraco desenvolvimento de certas regiões. Quer isto dizer que a abertura de novos eixos de comunicação, sobretudo se conjugada com uma planificação criteriosa da produção, terá uma repercussão directa e imediata no desenvolvimento de novas produções e no acréscimo

de rentabilidade de actividades existentes, com reflexos evidentes no domínio da exportação.

A província depara pois com um enorme esforço de investimento a empreender, visto que simultâneamente será necessário realizar grandes transversais no Norte e no Centro, construir os troços complementares de interligação de maior interesse e assegurar o desenvolvimento das redes de transporte que permitam o serviço eficiente de escoamento da produção do *hinterland* não nacional. É, pois, no quadro de operações fundamentais que se situa a elaboração de um planeamento da rede de transportes da província, já que apresenta um interesse económico potencial, e muitas vezes imediato.

O desenvolvimento equilibrado dos diversos meios de transporte é uma das operações fundamentais a realizar, pois até aqui tem-se verificado uma certa irregularidade, nem sempre se tendo dado prioridade àqueles que porventura poderiam ter um impacte mais importante na actividade económica interna. O desenvolvimento dos diferentes meios de transporte esteve em larga medida dependente das respectivas condições de autofinanciamento. Daqui pode ter resultado um desenvolvimento relativamente menor da rede rodoviária, o que as necessidades económicas aconselham a corrigir.

5. No que diz respeito a vias férreas, Moçambique dispõe de uma rede de penetração, composta por uma série de linhas que, partindo dos principais portos da província — Lourenço Marques, Beira, Nacala e Moçambique —, se internam perpendicularmente à costa. Ainda que esta rede preste serviços vitais à economia interna da província, o seu papel mais importante tem sido o de assegurar a ligação dos territórios limítrofes com o mar, constituindo fonte muito significativa de entrada de divisas da província.

6. A rede rodoviária abrange mais de 38 000 km, dos quais cerca de 12 000 km estão classificados como estradas nacionais. O esforço realizado para alargar e melhorar esta rede tem sido apreciável, contando-se já em muitos percursos, quer de interesse internacional, quer de interesse interno, com excelentes rodovias.

O tráfego de mercadorias no sentido norte-sul é assegurado na sua grande parte pela navegação de cabotagem.

7. A província dispõe, além disso, de uma rede de transportes aéreos regulares, ligando com eficiência os principais núcleos urbanos entre si.

4) Estrutura económica

8. A estrutura económica e social da província revela um nítido predomínio do sector primário, evidenciado pela elevada percentagem da população activa empregada na agricultura, a participação desta no produto interno e, ainda, pela composição das exportações.

Correspondentemente, é baixo o grau de industrialização, estando o sector industrial em grande parte ligado à produção de bens de consumo local. Todavia, algumas indústrias importantes (refinação de açúcar, descaroçamento de algodão, preparação de chá e óleos vegetais) trabalham fundamentalmente para os mercados externos.

9. Ao tentar relacionar a população com a mobilização dos recursos naturais tem especial interesse salientar como se procede ao aproveitamento da terra. A grande parte das terras aráveis corresponde à chamada «agricultura tradicional», consequentemente uma exploração de características empíricas e rotineiras. Já a exploração realizada pelo agricultor nativo com a orientação dos serviços oficiais especializados denota práticas culturais mais evoluídas — é o caso do algodão e do arroz — e dá origem à maior parte da produção nativa comercializada. Esta revela uma forte concentração, simultâneamente por produtos e por regiões.

É insuficiente a ocupação pecuária do território, embora haja numerosas zonas aptas à fixação de manadas e rebanhos. Podem apontar-se, entre os principais factores desta situação, a falta de água e os rudimentares métodos de criação praticados pelos nativos que detêm a maior parte do armentio total.

Segundo os reconhecimentos efectuados, e de acordo com as características climáticas, altimétricas e hidrográficas do território, pode dizer-se que existe uma vasta gama de potencialidades económicas não aproveitadas, sobretudo no que se refere à produção agrícola e pecuária, extracção mineira, pesca e aproveitamento de fontes energéticas.

Acentua-se, pois, a necessidade de extensão das investigações de base a realizar (estudos geológicos, estudos do

solo, possibilidades de irrigação, recursos energéticos, etc.), das quais dependerá uma programação racional da utilização dos recursos.

10. Vasto aparece igualmente o campo que se abre à actividade industrial da província. Existem diversos sectores que apresentam uma vantagem manifesta de instalação de novas unidades industriais, em relação a algumas das quais existem já projectos satisfatórios e realizáveis a curto prazo.

A localização das actividades industriais e das explorações agrícolas de plantação revela a existência de alguns pólos de actividade dominante, ao mesmo tempo que se verifica a existência de zonas ricas em recursos naturais de insuficiente ou nulo aproveitamento.

Têm maior relevo na exploração agrícola os distritos da Zambézia, de Manica e Sofala e de Moçambique, tendo uma importância mínima os distritos de Tete e do Niassa. Nesta distribuição pesam as características favoráveis, dos pontos de vista climático, pedológico e de disponibilidades de mão-de-obra, de certas faixas do Norte da província apontadas como de maior densidade populacional. Além destas há outras zonas favoráveis ao povoamento do distrito do Niassa e do planalto de Angónia, no distrito de Tete, com solo muito fértil e beneficiando de um clima mesotérmico de altitude.

11. No que se refere ao sector industrial, existem dois grandes centros: Lourenço Marques e Beira (compreendidos os arredores). As restantes indústrias encontram-se disseminadas pela província, com maior incidência nas áreas mais povoadas. São os distritos de Tete, Niassa e Inhambane aqueles em que a população industrial assume uma parte menor relativamente à população activa. A localização de grande parte das unidades industriais corresponde à das explorações agrícolas fornecedoras das respectivas matérias-primas, como se verifica para o açúcar, chá e sisal.

A intervenção do Estado no campo económico incide nos âmbitos de acção seguintes: criação de infra-estruturas da actividade económica, orientação de experiências de povoamento, sustentação de mecanismos de apoio à actividade privada e manutenção de serviços públicos e sociais. A intervenção directa ou através de sociedades de economia mista tem sido até agora limitada ao sector da energia eléctrica.

É de destacar em primeiro lugar que o sector de «transportes e comunicações» tem absorvido a parcela predominante do investimento de carácter público — cerca de uma terça parte.

Por outro lado, haverá que melhorar e alargar os mecanismos de apoio e de orientação de iniciativa privada, salientando-se especialmente os relativos à criação de zonas industriais, realização de estudos de comercialização, lançamento de programas de formação técnica, concessão de crédito às pequenas empresas agrícolas e alargamento dos serviços de extensão agrícola.

Importa notar que a organização do sistema de crédito e de mobilização das poupanças não está adequado às necessidades de desenvolvimento, nos aspectos de atracção da poupança voluntária e da sua canalização para os investimentos reprodutivos.

A poupança voluntária disponível para investimentos espera-se que possa aumentar, a despeito das características económicas comuns a todos os territórios em vias de desenvolvimento.

Há a referir seguidamente a fraqueza relativa do espírito empresarial, em face das potencialidades económicas da província. A tendência para o investimento imobiliário (construção de casas para habitação) tem sido, aliás, uma característica dominante da orientação do investimento privado.

12. A concentração das exportações num reduzido número de produtos primários (sete produtos apenas representam cerca de 80 por cento do total das exportações) traduz-se em vulnerabilidade da economia moçambicana às variações das cotações internacionais, podendo vir a provocar a curto prazo flutuações sensíveis na actividade económica interna. Por outro lado, as necessidades de bens de produção são quase inteiramente preenchidas através da importação, o que, aliado à forte dependência que também se verifica em relação aos bens de consumo, origina um *deficit* persistente da balança comercial.

A concentração geográfica num número reduzido de mercados compradores (abstraindo mesmo da exportação para a área do escudo) acentua o carácter de dependência externa da economia da província. De facto, cerca de dez países têm absorvido frequentemente mais de metade das exportações.

Num plano mais geral deve acentuar-se a dependência em que se encontra a instalação de novas actividades produtivas, bem como o desenvolvimento das existentes, de mercados externos aptos a absorver os produtos laborados, visto não haver, para numerosos sectores industriais, possibilidades de escoamento suficiente para o mercado interno, dada a sua reduzida dimensão. Assim, o fomento das exportações, que é indispensável para a aquisição dos bens de capital a importar do exterior, tal como dos bens de consumo não fabricados no território, revela-se muito marcadamente como uma condição necessária para o florescimento de novas actividades produtivas.

5) Infra-estruturas sociais

a) Educação

13. Encontram-se em funcionamento mais de 3000 escolas oficiais do ensino primário, dispersas por toda a província, como mostra o quadro seguinte:

QUADRO II

Anos	Escolas	Alunos
1956–1957	2 095	263 314
1962–1963	3 269	395 936

QUADRO III

Anos	Verbas despendidas — Contos		
	Com pessoal	Outros encargos	Total
1957	25 964	1 190	27 154
1958	30 524	1 357	31 881
1959	32 201	1 502	33 703
1960	35 258	1 683	36 941
1961	43 113	1 756	44 869
1962	50 363	1 860	52 223

Atendendo à necessidade de prosseguir nas nossas províncias ultramarinas os programas de desenvolvimento co-

munitário, foram esses programas considerados na nova orgânica do ensino primário (Decreto-Lei n.º 45 908, que promulgou a reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas), esperando-se que possam vir a ser apreciáveis meios para promover tal transformação.

Os resultados satisfatórios do curso de auxiliares de educação rural parecem confirmar a utilidade de uma acção educativa de base.

14. O mapa que se segue demonstra a vertiginosa ascensão da população escolar nas escolas de ensino técnico profissional e o alargamento sucessivo do quadro docente para suprir as necessidades desse afluxo. Tal quadro é bem elucidativo do interesse da população moçambicana pelo ensino de que se está tratando.

QUADRO IV

Anos	Número de professores e mestres	Número de alunos
1951-1952	43	1 747
1952-1953	53	1 779
1953-1954	65	1 828
1954-1955	115	2 144
1955-1956	127	2 285
1956-1957	127	2 779
1957-1958	139	3 124
1958-1959	187	3 858
1959-1960	209	4 621
1960-1961	216	5 416
1961-1962	297	6 550
1962-1963	308	7 700

Bastará dizer que, além dos professores dos quadros, se chamaram, no ano lectivo de 1961-1962, 89 professores e mestres eventuais e no ano lectivo de 1962-1963, para as 13 escolas existentes, além dos 308 do quadro, houve necessidade de recrutar eventualmente 126 professores e 24 mestres auxiliares de ensino para as escolas técnicas da província.

15. O surto verificado no ensino liceal durante os últimos anos é igualmente considerável e manifesta bem o interesse posto pelo Governo no seu desenvolvimento.

QUADRO V

Anos	Professores	Alunos
1956–1957	58	1 106
1957–1958	85	1 831
1958–1959	100	2 052
1959–1960	106	2 251
1960–1961	101	2 553
1961–1962	117	2 888
1962–1963	155	3 430

QUADRO VI

Anos	Verbas despendidas — Contos		
	Com pessoal	Outras despesas	Total
1956	5 711	1 126	6 838
1957	9 557	2 004	11 562
1958	11 306	2 080	13 386
1959	11 868	2 021	13 889
1960	13 724	1 783	15 507
1961	15 029	1 967	16 996
1962	23 643	2 793	26 436

No conjunto destas verbas não estão incluídos os gastos com a construção de edifícios ou sua adaptação.

16. No ano de 1962 foram criados os Estudos Gerais Universitários de Moçambique, tendo as suas actividades sido iniciadas no ano seguinte com os cursos de Ciências Pedagógicas, médico-cirúrgico, de Engenharia Civil, de Engenharia de Minas, de Engenharia Mecânica, de Engenharia Electrotécnica, de Engenharia Químico-Industrial, superior de Agronomia, superior de Silvicultura e de Medicina Veterinária.

Os alunos matriculados no ano lectivo de 1963–1964 atingiram o número total de 285.

17. O ensino particular em Moçambique, dos diferentes ramos e graus, tem-se desenvolvido ùltimamente, em especial nos principais centros populacionais. Presentemente há em toda a província 246 estabelecimentos que se dedicam ao ensino primário, além das secções de ensino

primário existentes em 9 colégios, cujo ensino liceal foi oficializado pelo Diploma Legislativo n.º 2, de 13 de Julho de 1959, e pela Portaria n.º 17 465, de 15 de Dezembro de 1959. Quanto ao ensino secundário, ministrado em estabelecimentos particulares, o seu notável incremento nestes últimos anos é mostrado no quadro seguinte:

QUADRO VII

Elementos respeitantes ao ensino particular

Anos	Número de institutos	Número de professores	Número de alunos
I) Ensino pré-escolar ou infantil:			
1961	12	23	838
1962	18	18	852
II) Ensino primário:			
1957	28	61	1 537
1958	28	54	1 681
1959	28	54	1 526
1960	205	364	13 908
1961	197	473	14 967
1962	246	407	16 895
III) Ensino secundário:			
A) Liceal:			
1957	13	111	1 288
1958	15	111	1 181
1959	12	139	965
1960	25	187	2 086
1961	24	209	2 106
1962	32	467	2 471
B) Técnico profissional:			
1957	–	6	46
1958	–	6	44
1959	–	6	55
1960	–	40	451
1961	12	46	744
1962	18	39	936
IV) Ensino de artes e ofícios:			
1957	65	107	3 770
1958	66	105	4 533
1959	70	174	4 999
1960	60	107	4 324

Anos	Número de institutos	Número de professores	Número de alunos
1961	77	184	4 810
1962	65	149	6 268
V) Ensino artístico:			
1960	1	6	32
1961	7	15	191
1962	12	24	280

b) **Saúde**

18. As formações sanitárias, o pessoal médico, farmacêutico e outro em serviço na província e alguns aspectos da actividade desenvolvida constam dos quadros seguintes:

QUADRO VIII

Serviços de saúde e assistência

Tipos de formações sanitárias	1962
Hospitais:	
Centrais	3
Regionais	12
Rurais (enfermarias)	58
Psiquiátricos	2
Doença do sono	9
Granja e leprosarias	8
Dermatológico (*a*)	1
Tuberculose (*a*)	1
Delegacias de saúde	82
Postos sanitários e ambulâncias (*b*)	246
Maternidades (*c*)	187
Pré-natais	76
Puericultura	76
Dispensários:	
Antituberculosos	3
Antilepra	75

(*a*) Entrada em funcionamento em 1964.
(*b*) Muitos postos e ambulâncias que eram de construção provisória vêm sendo substituídos por construções definitivas.
(*c*) As maternidades rudimentares que eram de construção provisória vêm sendo substituídas por outras de construção definitiva.

QUADRO IX

Movimento do pessoal médico e paramédico dos serviços de saúde e assistência

Categorias	1953	1956	1959	1962
Médicos	155	165	194	233
Farmacêuticos	18	18	21	21
Analistas-químicos	2	2	3	3
Enfermeiros	247	247	398	346
Enfermeiros de saúde pública	–	–	–	5
Enfermeiras visitadoras	4	5	6	6
Visitadoras	5	5	5	5
Enfermeiras auxiliares	548	556	734	806
Pessoal religioso de enfermagem	66	73	135	153
Pessoal administrativo, de laboratório, de farmácia e outro	563	550	664	761

19. O serviço extra-escolar organizou cursos em colaboração com os serviços de saúde e higiene a fim de treinar pessoal apropriado para a divulgação de conhecimentos de higiene e sanidade, de economia doméstica e de ensinamentos práticos de agricultura, de tratamentos de animais úteis e de pequenas indústrias caseiras.

O Decreto n.º 44 159, de 18 de Janeiro de 1962, deu aos governos provinciais a faculdade de ensino oficial ou particular de institutos de educação e serviço social para a formação de:

a) Assistentes sociais;
b) Educadores sociais;
c) Educadores de infância;
d) Monitores de família;
e) Monitores de infância.

Em Moçambique, o Instituto de Educação e Serviço Social entrou em funcionamento no ano lectivo de 1962–1963. Pelo Decreto n.º 45 818, que promulgou o Regulamento Geral das Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar, foram criados vários cursos de formação básica, de especialização, de aperfeiçoamento e de actualização. Entre estes destacam-se os seguintes: curso de enfermagem pública, curso de enfermagem auxiliar de saúde pública, curso de visitadora sanitária, curso de edu-

cador sanitário, curso de educador de saúde pública, curso de microscopista, curso de enfermeira-parteira puericultora e curso de auxiliar de enfermeira-parteira puericultora, etc.

Funcionam regularmente os cursos de ajudante de radiologia e de radioterapista.

20. Nos centros de saúde dá-se primordial importância à luta contra as doenças transmissíveis, à educação sanitária e aos programas de promoção de saúde materno-infantil.

A acção destes centros tem sido bem aceite por toda a população e as mães e as crianças que os frequentam são cada vez em maior número.

Em todas as formações sanitárias se prestam cuidados materno-infantis, embora nos diferentes dispensários e postos estes cuidados sejam mais individualizados. Em 1962 foram prestados cuidados materno-infantis em 76 dispensários e em 76 postos; e nas 187 maternidades são prestados todos os devidos cuidados às mães e à criança.

§ 2.º Objectivos do Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967

21. Como características mais relevantes da economia de Moçambique podem apontar-se as seguintes:

a) Baixa densidade global da população, conjugada com a existência de zonas de aparente saturação demográfica;

b) Larga margem de recursos naturais, principalmente no que se refere a potencialidades hidroeléctricas e recursos do subsolo, ainda susceptíveis de aproveitamento;

c) Configuração geográfica dificultando a integração da economia e criando uma especial vocação para uma economia baseada na prestação de serviços às economias do *hinterland* vizinho;

d) Insuficiência das infra-estruturas no que se refere à mobilização dos vastos recursos potenciais, conjugada com um alto nível de eficiência para fins de escoamento da produção do *hinterland*;

e) Predomínio do sector primário e, dentro dele, da agricultura tradicional, de baixo grau de produtividade;

f) Largas possibilidades de industrialização, em contraste com um nível de desenvolvimento industrial ainda baixo;

g) Exploração incipiente dos recursos do subsolo;

h) Concentração do desenvolvimento económico em dois grandes pólos: Lourenço Marques e Beira;

i) Balança comercial estruturalmente deficitária e muito vulnerável, dada a excessiva concentração das exportações, às flutuações das cotações internacionais;

j) Balança de pagamentos equilibrada como reflexo de vultosos fluxos de invisíveis resultantes de pagamentos de serviços de transportes, de transferências de emigrantes e de receitas de turismo;

l) Carácter dualista da economia;

m) Fraca propensão para o investimento na economia das poupanças geradas localmente;

n) Insuficiência do espírito empresarial.

22. Dentro do quadro traçado, torna-se evidente que a aceleração do processo de crescimento económico terá para Moçambique de assentar na expansão rápida dos sectores produtivos, em especial nos da agricultura tradicional, da indústria transformadora e das minas, sem, no entanto, cercear aos sectores dos transportes e dos serviços os meios necessários para manter ou melhorar o nível de eficiência nos serviços prestados às economias do *hinterland*. Só assim, com efeito, será possível lançar a economia moçambicana num caminho de nítido progresso, sem perturbar o equilíbrio da sua balança de pagamentos.

Num esquema de desenvolvimento tendente a procurar atingir, num futuro mais ou menos próximo, um processo de desenvolvimento autossustentado, os sectores motores seriam os três acima apontados, devendo, para tanto, sofrer acentuada expansão os fluxos de investimentos para eles orientados.

23. A relativa escassez de poupanças locais e a dificuldade de as orientar para investimentos na própria economia postula a necessidade de atrair capitais externos, o que não dispensará, antes acentuará, a conveniência de fomentar a fixação na economia das poupanças que nela

forem originadas, por todos os meios operantes: emissão de obrigações de fomento, estabelecimento de sociedades de financiamento, reformas fiscais, etc.

24. O esforço a realizar para a efectivação dos objectivos gerais do Plano Intercalar de Fomento terá de se orientar nos cinco sentidos a seguir enunciados:

1.º Melhoria do nível de produtividade e da produção do sector agrícola;
2.º Aceleração do processo de industrialização;
3.º Intensificação da exploração dos recursos do subsolo;
4.º Elevação do nível do investimento das poupanças locais na própria economia;
5.º Melhoria do nível cultural e técnico das populações.

25. Esboçadas as características mais relevantes da economia de Moçambique, importa definir os objectivos específicos a que deve visar o Plano Intercalar de Fomento para o triénio de 1965-1967.

Para tanto, e já que a meta global consiste numa aceleração do ritmo de crescimento económico, de modo a permitir a redução do actual desnível relativamente a outras parcelas do território português, parece essencial identificar os sectores com maiores possibilidades de rápidos incrementos do produto.

Na impossibilidade de estabelecer agora um sistema de contas globais para os últimos anos, procurou-se definir em termos genéricos as tendências da evolução do produto de cada um dos sectores, partindo da observação da conduta de amostras constituídas pelos produtos mais importantes.

Resumem-se a seguir as conclusões tiradas do exame dessas séries:

Agricultura

a) *Agricultura tradicional.* — Observa-se através da evolução da amostra constituída que este tipo de agricultura teve um crescimento acelerado até 1959, seguido de um abrandamento da sua expansão.

b) *Agricultura evoluída.* — A produção aumentou, em média, 6 por cento anualmente, quer em valores, quer em volume, sendo este aumento devido em grande parte ao açúcar.

c) *Pecuária.* — Os efectivos pecuários cresceram 5 por cento (média anual).

Minas

O aumento do valor da produção foi de cerca de 41 000 contos, ou seja à média anual de 15 por cento.

Energia

A produção de energia eléctrica sofreu grande incremento nos últimos anos, sendo o aumento anual na produção de carvão de aproximadamente 5 por cento.

Indústria

A evolução tem-se caracterizado neste sector por tendências dinâmicas, ainda que variando consideràvelmente de sector para sector.

Entre as indústrias em ritmo de crescimento mais acentuado incluem-se as indústrias dos cimentos, da refinação de petróleos, da moagem, do chá, das massas alimentícias, da cerveja, do tabaco e da transformação dos metais.

26. Considera-se, partindo da apreciação da economia de Moçambique na sua posição presente e tendências mais salientes, que os esforços a realizar com vista a alcançar os objectivos visados se deverão concentrar nos sentidos a seguir enunciados:

1.º No que se refere à agricultura tradicional — melhoria do nível de produtividade através de uma expansão dos serviços de extensão agrícola em todas as suas modalidades e de um apoio efectivo aos agricultores mais progressivos: através do crédito agrícola, da realização de pequenas obras de hidráulica, etc.

2.º No que se refere à agricultura empresarial — aumento da produção, em especial de produtos destinados à exportação, pelo lançamento de novas unidades e pela ampliação das já existentes, e criação de um ambiente favorável à expansão dos investimentos privados na agricultura através de medidas adequadas: crédito agrícola e pecuário, assistência técnica, etc.

3.° No que respeita aos esquemas de regadio e povoamento — melhoria do grau de utilização dos esquemas já existentes, mediante a realização de obras e empreendimentos complementares e da instalação de maior número de famílias.

4.° No que se refere à indústria transformadora — intensificação do processo de industrialização através de um decidido apoio do Estado — sob a forma de crédito industrial, de participação em empresas de economia mista, etc. — orientado de modo a estimular e apoiar a iniciativa privada, com vista à instalação de novas unidades industriais destinadas a valorizar as produções locais para exportação e a procurar atenuar o ritmo de expansão das importações de bens susceptíveis de produção local em condições rentáveis.

5.° No que se refere à indústria extractiva — aproveitamento dos recursos do subsolo de Moçambique para exportação ou para transformação local, aproveitamento este que, devendo efectuar-se normalmente através da iniciativa privada, não deverá excluir uma participação justa do Estado, já que os recursos mineiros representam bens de capital insusceptíveis de reposição depois de esgotados.

6.° No que diz respeito aos transportes — ajustamento da rede actual às necessidades próprias da economia, sem prejuízo da manutenção do actual nível de eficiência no serviço dos territórios limítrofes.

27. A consideração dos recursos disponíveis e dos limites de absorção de novos investimentos recomenda, em conjugação com a necessidade de vultosos investimentos em infra-estruturas sociais e económicas, a adopção de um esquema baseado no aumento da produção nos sectores onde se verifica capacidade de produção ainda não totalmente aproveitada, de modo a reduzir, na medida do possível, o volume dos investimentos exigidos. Tais sectores são fundamentalmente: a agricultura tradicional e a indústria.

Por outro lado, visar-se-ia, através de uma política de atracção de capitais externos, o lançamento de empreendimentos que pelo seu maior porte reunissem maiores

condições de interesse para os capitais externos: estes empreendimentos localizam-se principalmente nos sectores da indústria extrativa e da agricultura.

28. Ao esquema proposto convém dar feição polarizada, como o recomendam não só as próprias características da economia, no seu estádio actual, como também a necessidade de procurar alcançar coeficientes capital-produto tão baixos quanto seja viável, condição esta que postula a concentração dos esforços a realizar nas zonas onde se disponha já de infra-estruturas económicas e sociais capazes de proporcionar maiores economias externas às empresas que interessa atrair.

Essas zonas são as de Lourenço Marques e da Beira, sem que tal signifique a exclusão da região norte da província e da zona do Zambeze, cujo desenvolvimento depende de condicionamentos específicos.

§ 3.º Descrição dos programas

I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base

1) Conhecimento científico do território

a) Cartografia geral

29. A cobertura fotográfica em escala conveniente é, sem necessidade de qualquer argumento adicional, de absoluta e imprescindível utilidade.

A província dispõe de uma carta à escala 1 : 250 000, desactualizada e manifestamente insuficiente para a solução de múltiplos problemas.

Nas bacias do Zambeze e do Pungué foram já elaboradas cerca de 350 cartas à escala 1 : 50 000, a cuja publicação, com carácter definitivo, urge proceder, de modo a ser acessível a sua utilização.

A cobertura fotográfica já realizada permitirá restituir grande número de folhas, nas regiões de maior interesse administrativo, político e económico, e promover também a sua publicação, juntamente com outras cuja restituição tem vindo a ser executada de há longa data. Com a cobertura fotográfica existente, com o trabalho da restituição já concluído e outro a efectuar, poder-se-ão publicar 620 fo-

lhas à escala 1 : 250 000, o que significa mais de metade da área da província, ou sejam cerca de 475 000 km². Carecer-se-ia, adicionalmente, de 580 folhas, correspondentes a uma área de 450 000 km², cuja cobertura fotográfica aérea é necessário que seja prevista desde já.

A cobertura fotográfica em falta, além da sua utilização para a cartografia, é indispensável para o apoio dos trabalhos de geologia e prospecção mineira programados no Norte da província, sem a qual se não poderão atingir, satisfatòriamente, os fins em vista.

b) Hidrologia

30. Torna-se aconselhável a divulgação de dados estatísticos da hidrologia necessários para a consulta de estudos de base de projectos de engenharia.

É indicada esta rubrica para a aconselhável divulgação destes dados de base.

Por outro lado, há que colher elementos hidrológicos ao longo do território, para o que se carece do pessoal indispensável e de meios que permitam a sua mobilidade.

c) Meteorologia

31. O programa inclui o alargamento da rede de observações para fins climatológicos e a melhoria de 11 das 23 estações meteorológicas de 2.ª classe consideradas em plano geral, obedecendo à execução dos «projectos-tipo» económicos, mas suficientemente eficientes.

O programa inclui, ainda, a melhoria dos meios de telecomunicações e algumas estações meteorológicas, sem os quais os resultados das observações não chegarão a tempo de serem aproveitados na previsão do tempo e na assistência à navegação aérea civil e militar.

2) Investigação científica

32. Neste sector apenas se incluem trabalhos de investigação tecnológica a realizar durante o triénio de 1965–1967.

No sector agro-pecuário inclui-se verba também para trabalhos de investigação científica.

3) Estudos de base

33. Incluem-se aqui os seguintes aspectos:

a) Documentação estatística;
b) Estudos económicos de base;
c) Estudos demográficos;
d) Contabilidade económica;
e) Documentação técnico-económica.

II — Agricultura, silvicultura e pecuária

34. Toda a estrutura agrária repousa na investigação científica, que, ao longo de apreciável número de anos, vem sendo orientada no sentido de obter os elementos indispensáveis à satisfação do desiderato acima expresso.

Contudo, dadas as necessidades cada vez maiores da província em matéria de conhecimento agronómico, silvícola, piscícola e veterinário, pensa-se ser chegada a altura de consolidar e ampliar os conhecimentos já existentes, de modo que de futuro as diferentes actividades agrárias possam ser desenvolvidas de uma forma mais harmónica e mais consentânea com o fomento deste território.

1) Carta de solos

35. As realizações previstas têm por objectivo a criação das condições necessárias para que o estudo dos solos nos seus aspectos fundamentais possa ser efectuado simultâneamente em várias regiões da província.

Conseguida que foi no II Plano de Fomento a realização de estudos de base e o conhecimento e a distribuição das pastagens da província, torna-se necessário dar continuidade a estes estudos, sem o que se desperdiçará todo o trabalho realizado.

Esta continuação deve fazer-se num campo de realizações práticas, com estudos, ensaios e trabalhos tendentes a definir a utilização dos tipos e subtipos de pastagens já conhecidos. Para este efeito já foram criados meios e iniciados alguns esquemas neste sentido, buscando-se, sobretudo, soluções para o importantíssimo problema da carência alimentar na época seca.

2) Investigação básica

36. Dentro dos pólos de desenvolvimento considerados para o Plano Intercalar, torna-se da maior conveniência

o estabelecimento de estações experimentais, para servirem de apoio aos esquemas de desenvolvimento respectivo.

Impõe-se, além da conclusão e apetrechamento do Laboratório Central de Patologia Veterinária, tal como previa o II Plano de Fomento, a construção em pavilhões anexos aos serviços laboratoriais de instalações para um centro de inseminação artificial.

É indispensável a montagem de um posto avícola para o respectivo fomento, partindo da experiência fundamentada, convindo que seja junto do Laboratório Central de Patologia Veterinária para seu complemento e maior eficiência deste.

Os trabalhos de investigação e experimentação em curso, ou que venham a efectuar-se, carecem de apoio laboratorial, essencialmente as secções de genética, nutrição e climatologia. É igualmente necessário concluir a instalação de pessoal técnico auxiliar na Estação Zootécnica Central e demais estabelecimentos zootécnicos e de fomento pecuário.

3) Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris

37. O desenvolvimento agrícola da província tem de ser apoiado em maquinaria apropriada para poder ser eficiente. Enquanto a agricultura tradicional ou de pequenas parcelas pode ser efectuada com alfaias rudimentares de tracção animal, a de extensões maiores necessita do apoio de máquinas de tracção mecânica, muitas vezes de custo incompatível com as disponibilidades financeiras de quem pretende iniciar-se como agricultor.

Torna-se, pois, indispensável o estabelecimento de parques de máquinas, cuja localização mais adequada parece ser no quadro dos esquemas de regadio e povoamento que estão previstos, salvo nos casos em que não seja possível considerar tais esquemas em regiões cuja agricultura importe fomentar.

Outras formas de assistência à agricultura, tanto tradicional como evoluída, que há que desenvolver consistem na intensificação dos serviços de extensão agrícola, na distribuição de sementes melhoradas, no aperfeiçoamento do ensino rural e na realização de pequenas obras de

hidráulica agrícola. Considera-se, assim, possível alcançar um aumento sensível da produção sem a necessidade de investimentos muito avultados, já que se visa um melhor aproveitamento dos meios produtivos disponíveis presentemente.

No que se refere à agricultura evoluída de carácter empresarial, cujos investimentos não foram considerados neste Plano, as iniciativas em curso levam a prever com segurança uma vultosa expansão da produção do açúcar, o que permitirá dar uma contribuição positiva para a solução do problema do equilíbrio da balança de pagamentos.

38. No que se refere à pecuária, torna-se necessário, com o objectivo de erradicar a tuberculose dos gados em Moçambique:

Prosseguir no saneamento dos gados de Manica e Chimoio, nomeadamente no que respeita aos animais dos criadores autóctones.

Iniciar igual campanha nas regiões do Maputo e Manhiça, zonas de maior incidência desta zoonose ao sul do rio Save.

A brucelose, principalmente a dos bovinos, tende a alastrar por toda a província, não sendo possível combatê-la em escala adequada com as verbas orçamentais, o que representa um grave prejuízo para a economia pecuária. Há, pois, que prever um dispêndio adequado para esse efeito.

É fundamental o apoio da sanidade, essencialmente no campo da profilaxia. Computam-se em 50 as unidades — tanques carracicidas — a construir nos próximos anos por toda a província, além das que falta construir (52) pelas verbas do II Plano de Fomento.

Por outro lado, há que prever a reparação e conservação de cerca de 200 tanques já em funcionamento.

4) Esquemas de regadio e povoamento

39. No que respeita a esta rubrica, os empreendimentos mais importantes a considerar consistem na conclusão das obras de rega do esquema do Limpopo, na construção da

barragem de Massingir, incluindo estudos e projectos da respectiva central eléctrica, no prosseguimento das obras de beneficiação do vale do Incomati e das várzeas do rio Maputo, na fixação de agricultores nestes dois esquemas do aproveitamento hidroagrícola, na continuação dos trabalhos de aproveitamento da bacia do Revuè e dos estudos sobre a bacia do Zambeze e na ampliação de outros esquemas de povoamento já iniciados.

5) Comercialização e armazenagem

40. Há que considerar a necessidade de completar a rede de armazenagem hoje disponível, com armazéns, simples ou frigoríficos, e silos, num esquema ajustado às exigências de uma comercialização e conservação adequadas ao desenvolvimento programado da produção agrícola. Esta rede deverá vir a completar as facilidades de armazenagem já existentes nos principais portos.

6) Crédito agrícola

41. Como forma operante do apoio a dar à agricultura tradicional e a pequenos agricultores evoluídos, considera-se indispensável reactivar a Caixa de Crédito Agrícola da província, dotando-a dos recursos financeiros convenientes.

III — Pesca

42. Em estimativas muito grosseiras, calcula-se que o capital fixo do sector da pesca seja de 27 000 contos, designadamente utilizado em embarcações.

A produção média anual do sector ronda os 60 000 contos, dada a tonelagem média de 6000 t, ao preço médio a retalho de 10$33/kg. Ao sector privado tem cabido a acção mais influente no arranque da actividade da pesca e indústrias afins.

43. Os objectivos a definir no triénio para incremento da referida actividade são os seguintes:

1) Impulsionamento da extracção racional do pescado, tendo em vista o substancial acréscimo da dieta proteica de origem animal e regularização do consumo interno;

2) Intensificação do povoamento piscícola nas águas interiores e produção rural em tanques de cultura;
3) Sondagem técnico-económica da actividade e estudos intensivos de biologia piscatória, designadamente a nível de reconhecimento dos recursos potenciais e apoio tecnológico, para expansão acelerada do sector;
4) Modernização dos barcos e artes de pesca local;
5) Aproveitamento industrial dos recursos marinhos, litorais, pelágicos ou demersais, com a utilização de aparelhos de pesca que os factores ecológicos recomendem;
6) Montagem, nos centros de maior relevo, de meios frigoríficos que favoreçam a recepção e distribuição do pescado, bem como de oficinas de salga e secagem de peixe;
7) Instalação de novas empresas de pesca e de transformação do pescado (podendo justificar, pelo nível de investimentos e rentabilidade que as caracterize, regime especialmente favorecido, e desde que dotadas de equipamento moderno e com adequada organização técnica da produção) possibilitando a fabricação de produtos segundo os padrões exigidos e a preços concorrenciais.

IV — Energia

44. A necessidade sempre crescente de energia eléctrica justificou o interesse em aumentar os meios da sua produção, transporte e distribuição.

Na zona de Lourenço Marques-Incomati-Limpopo prevê-se a ampliação da central térmica de Lourenço Marques, em conjugação com a provável realização dos aproveitamentos projectados no rio dos Elefantes.

No domínio da grande distribuição prevêem-se duas linhas: Lourenço Marques-Manhiça e Boane-Namaacha e Beira-Quelimane.

Na zona Beira-Vila Pery considera-se a construção da central da Chicamba.

Estão previstas ainda a central térmica do Moatize e a pequena distribuição de carácter social, além dos estudos a realizar para a ocupação hidrológica das bacias dos rios que se apresentam com maiores possibilidades

de aproveitamento hidroeléctrico, incluindo a área situada na zona alta do Gurué.

Considera-se ainda a cobertura dos empreendimentos já realizados em Lourenço Marques.

V — Indústria

1) Indústria extractiva

a) Carta geológica

45. A região da província de Moçambique compreendendo os distritos de Cabo Delgado, Moçambique e Niassa, entre o paralelo de Nampula e a fronteira com a Tanzania, é ainda insuficientemente conhecida sob o aspecto geológico e mineiro. O seu reconhecimento, contudo, reveste-se da maior importância, pela contribuição que, para além da indústria mineira, poderá trazer ao desenvolvimento económico da província.

A zona referida, com cerca de 200 000 km² de superfície, poderá ser estudada em regime de empreitada, no todo ou em parte, podendo o encargo correspondente ser repartido entre o Plano Intercalar para 1965–1967 e o III Plano de Fomento.

As brigadas dos serviços de geologia e minas têm procedido a levantamentos geológicos do distrito de Manica e Sofala.

Prevê-se a continuação destes trabalhos nas seguintes áreas:

1) Na região de Barué-Macosa-Mungari, de que existe cobertura fotogramétrica, concluindo o estudo em curso no II Plano de Fomento e ligando o levantamento geológico ao efectuado em 1953–1954 (I Plano de Fomento) no distrito de Tete;
2) Na região a sul de Vila Manica-Vila Pery, até Spungabera-rio Save, se a cobertura fotogramétrica desta zona for efectuada pelos competentes serviços provinciais.

b) Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce

46. Para conclusão do estudo hidrogeológico das formações sedimentares dos distritos de Manica e Sofala e Cabo

Delgado, prevê-se a colaboração de uma empresa especializada, que ofereça garantias de eficiência.

Simultâneamente devem ser efectuadas sondagens e abertos poços de pesquisa, que apoiarão o estudo hidrogeológico e permitirão realizar captações, abastecendo de água regiões que, para tal, são consideradas pela província com primeira prioridade.

c) Fomento mineiro

47. Para tornar mais completo o conhecimento da riqueza mineral da província e das possibilidades da sua valorização, prevê-se efectuar prospecções mineiras em zonas seleccionadas pela cartografia geológica e nas áreas em que reconhecimentos gerais anteriores aconselham observações mais pormenorizadas.

Estão também incluídos nesta rubrica alguns trabalhos de pesquisa e estudos geológicos mais detalhados sobre jazigos identificados em anteriores trabalhos de prospecção.

Prevêem-se trabalhos nas seguintes áreas:

Bacia do rio Zambeze;
Bacia do rio Pungué;
Regiões de Djanguire (Chioco), de Dique-Foia-Catambulo (Manzoe), de Monte Mauzo e outras.

As prospecções e os reconhecimentos geológicos efectuados, quer pelo Estado, quer por particulares, revelam a existência de numerosas ocorrências minerais.

Há necessidade de estudar essas ocorrências por meio de trabalhos de pesquisa, com vista à determinação do seu valor industrial.

Simultâneamente e com a mesma finalidade, realizar-se-ão trabalhos de reconhecimento em alguns jazigos hoje abandonados, mas que, em anos anteriores, foram objecto de trabalhos de lavra.

Por outro lado, continuar-se-á o reconhecimento, por meio de sondagens, de diversos jazigos de carvão, manganês, fluorite, etc., que em estudos já realizados em anos anteriores se revelaram de bastante interesse.

2) Indústria transformadora

48. Com base na situação actual, a única possibilidade de tentar antever as perspectivas de desenvolvimento in-

dustrial consiste em lançar mão das fontes de informação disponíveis adequadas a tal fim:

1.º Relação dos pedidos de instalação das principais indústrias apresentados à Repartição de Indústria da Direcção dos Serviços de Economia e Estatística da província;
2.º Lista de projectos industriais estudados na província e considerados viáveis a curto prazo.

A estimativa das implicações da concretização de tais projectos, embora grosseira, poderá servir de base a ulteriores estudos que permitam fundamentar uma política de desenvolvimento industrial a levar a termo nos anos futuros.

Os projectos elaborados na província resultaram de um estudo a curto prazo das possibilidades de desenvolvimento industrial e visam sobretudo a substituição de importações.

Verifica-se que a maior parte das indústrias instaladas ou a instalar laborará principalmente matérias-primas locais: o maior número destas indústrias destina a sua produção ao mercado interno, enquanto as de maior dimensão procuram competir no mercado externo.

As produções das indústrias que utilizam matérias-primas importadas destinam-se, geralmente, a substituir as importações.

49. Do exposto pode concluir-se que há premente necessidade de estudos mais detalhados e fundamentados que permitam proceder-se à avaliação sistemática dos projectos existentes, de forma a poder estimar-se com certa margem de segurança as suas possíveis consequências e verificar a sua compatibilidade com os objectivos que se pretende atingir. Terão de se fazer incidir esforços especiais de análise em todos os sectores que se revelem estratégicos, cuidando da elaboração de projectos e da promoção de iniciativas reais com vista à consecução de todos os empreendimentos capazes de satisfazer as procuras crescentes do mercado interno, de substituir as importações e de incrementar as exportações.

Todas as medidas visando a simplificação dos processos para a concessão de autorização para instalação ou ampliação de indústrias, a melhoria da rede de crédito in-

dustrial, a intensificação de incentivos de natureza fiscal, o auxílio às pequenas e médias empresas, conjugado com a elaboração de programas de desenvolvimento regional, bem como a investigação e o apoio técnico, revestem particular importância.

A criação de uma sociedade de financiamento do desenvolvimento, presentemente em estudo, bem como a criação de zonas industriais com a participação das autarquias locais, pode constituir meio eficiente para pôr em prática algumas das medidas de política industrial referidas.

VI — Transportes e comunicações

1) Transportes rodoviários

50. Com prioridade se considera a conclusão dos trabalhos iniciados no II Plano de Fomento e a liquidação dos encargos com os empreendimentos feitos em regime de autofinanciamento ou de pagamentos diferidos.

A dotação consignada no Plano Intercalar destina-se a custear o estudo e construção do plano rodoviário aprovado, considerando as prioridades que as circunstâncias impuserem.

2) Caminhos de ferro

51. Os empreendimentos previstos interessam especialmente aos caminhos de ferro de Lourenço Marques, de Moçambique e da Beira.

Consideram-se, portanto:

1) *Caminhos de ferro de Moçambique:*

Prolongamento Catur-Vila Cabral.
Edifício da estação de Nampula.
Aquisição de seis automotoras.
Ligação dos caminhos de ferro de Moçambique-Malawi.

2) *Caminho de ferro da Beira.* — Programa de melhoramento e reforço do traçado, de reequipamento de material circulante e instalações de carácter social.

3) *Transzambezia-Railways.* — Existe um programa de melhoramentos estabelecido pela actual administração, sobre o qual se baseou a estimativa apresentada.

4) *Caminho de ferro de Lourenço Marques:*

Renovação do material de via da linha do Limpopo.

Armazéns, escritórios e estação de gare de mercadorias.

Aquisição de locomotivas *Diesel* eléctricas.

Aquisição de automotoras.

Ligação das redes de Inhambane e Gaza a Lourenço Marques.

Ligação da rede de Lourenço Marques à da Beira — existe já o estudo e projecto desta ligação para os primeiros 162 km. Daí em diante há apenas um reconhecimento.

3) Portos e navegação

52. Em matéria de estudos e projectos a realizar com vista à ampliação e melhoramento dos portos, consideraram-se como essenciais:

1) *Porto de Lourenço Marques.* — Terminal da Catembe, das comunicações entre as duas margens do estuário, dragagens no porto interior, cais para atracação de navios, doca para pequenas embarcações na margem esquerda do estuário, dragagens no porto das barras do estuário e da baía e nos canais exteriores, doca de pesca e suas instalações, obras de regularização marginal e calibragem do estuário, estudos referentes ao plano geral do porto e seu ensaio em modelo reduzido, docas secas e estaleiros navais, silos para cereais.

2) *Porto da Beira.* — Cais de pesca e do tráfego local, na margem esquerda do Chiveve, dragagens no porto interior e trabalhos complementares, dragagens nos canais exteriores e nos trabalhos complementares, obras de regularização marginal, de protecção e de calibragem do estuário, estudos referentes ao plano geral do porto e ao ensaio em modelo reduzido, obras marítimas exteriores de protecção e calibragem do estuário e obras marítimas de defesa da costa da cidade da Beira.

3) *Porto de Nacala.* — Plano inclinado para reparação de pequenas embarcações do tráfego dos pequenos portos e pequenas embarcações oficiais.

4) *Porto do Zambeze.* — Obras marítimas interiores, estudos, planificação geral e ensaios em modelo reduzido.

Em matéria de empreendimentos a realizar consideram-se no porto de Lourenço Marques: prolongamento do Cais Gorjão, consolidação do Cais das Carvoeiras, docas para a pesca e para pequenas embarcações, instalações para reparação e construção naval, dragagens e obras de regularização marginal e de calibragem do estuário.

No porto da Beira: prolongamento do cais n.º 1 e reconstrução dos cais existentes, conclusão da doca seca e nos cais n.ºs 9 e 10 obras acostáveis e equipamento.

Serão também adquiridos rebocadores para o cais de minério da Matola e outras embarcações.

4) Transportes aéreos e aeroportos

53. Apresentam-se, escalonados segundo as suas prioridades, os empreendimentos a executar no período de 1965-1967:

Aeroporto da Beira

Conclusão de superfícies operacionais e de movimento.

Edificações: aerogare e bloco técnico; ampliação da central de bombeiros; hangar e oficinas; habitações para o pessoal.

Energia e sinalização luminosa — aumento da potência instalada; rede de distribuição e alimentação das radioajudas; sinalização luminosa; iluminação de plataforma; central de emergência e alimentação dos centros emissor e receptor e radiofarol.

Arruamentos, águas e esgotos da zona de edificações.

Apetrechamento geral — equipamentos: de assistência e aeronaves; para a torre de comando; de socorro e salvamento; para primeiros socorros; de desobstrução, limpeza e conservação; e oficinal; para serviços meteorológicos (aparelho de radar-vento-tempo; telémetro de nuvens e visibilímetro; ligação radiotelescópica com Lourenço Marques); e diversos.

Telecomunicações — sistema ILS e equipamento diverso.

Aeródromos de Quelimane, Vilânculos, Inhambane e Porto Amélia

Melhoramentos das superfícies operacionais e de movimento.

Zona de edificações.
Abastecimento de energia.
Equipamento.

Aeroporto de Nampula e aeródromo de Vila Cabral

Zona de edificações e equipamento.

Aeroporto de Lourenço Marques

Zona oficinal.
Energia e sinalização luminosa.
Equipamento.
Sistema de telecomunicações.

5) Telecomunicações

54. Tem-se em vista a satisfação das necessidades mais urgentes e a continuação do programa de telecomunicações que a província, desde há anos, vem executando, de acordo com o programa que inclui:

Ligações interurbanas;
Centrais e redes telefónicas urbanas automáticas em localidades importantes e outros centros de grupos de redes;
Edifícios — estações postais e de telecomunicações.

VII — Turismo

55. Não há dúvida de que a província de Moçambique tem condições naturais excelentes que permitem a expansão do seu actual turismo de forma a torná-lo uma indústria capaz de proporcionar substanciais receitas, em moeda estrangeira e local.

O fomento desta actividade deverá ser orientado por uma acção directa através do Centro de Informação e Turismo e indirectamente através de actividades e realizações dependentes de outros serviços e sectores.

VIII — Habitações e melhoramentos locais

1) Habitação

56. O Diploma Legislativo n.º 2297, de 13 de Outubro de 1962, criou a Junta dos Bairros Populares, enquadrada

nas entidades executoras do II Plano de Fomento, com vista a resolver o problema da habitação dos economicamente débeis, construindo casas de baixo custo compatíveis com os proventos dos interessados, utilizando materiais locais e de produção nacional, em zonas urbanas, com a colaboração das autarquias locais.

A Junta estudou já o arranjo urbanístico de bairros deste tipo para quase todas as cidades da província (excluindo-se apenas Moçambique e Vila Cabral, por carência nessas de planos de conjunto).

As casas disporão de água tratada e canalizada, saneamento de resíduos, energia eléctrica e acessos.

2) Melhoramentos locais

57. Incluem-se nesta rubrica os seguintes empreendimentos:

Abastecimento de águas dos aglomerados urbanos e rurais;
Instalação de redes de esgotos nos centros urbanos;
Execução de planos de urbanização.

Visando especialmente uma rápida elevação do nível de vida das populações, preconiza-se a seguinte relação de melhoramentos:

Abastecimento de água potável dos aglomerados urbanos e rurais;
Esgotos e saneamento;
Urbanização.

IX — Promoção social

1) Educação

58. O problema do ensino tem de ser revisto por uma actualização de processos de acção contínua, para o que poderá contribuir o programa do desenvolvimento comunitário, desde que para isso se mobilizem os esforços, coordenadamente, utilizando todos os sectores compatíveis da Administração.

O programa, portanto, visa satisfazer os seguintes objectivos de acréscimo de alunos:

	Alunos
Ensino de adaptação e primário	500 000
Ensino técnico elementar	15 000
Ensino técnico	10 000
Ensino liceal	8 000

Encara-se também a divulgação de publicações de ensinamento da língua e de técnicas elementares agrícolas, de artesanato e educacionais, de promoção social.

Simultâneamente, e em coordenação, o uso da rádio e do cinema.

2) Saúde e assistência

59. Entre os meios de luta (esterilização dos portadores de vírus, erradicações dos vectores, protecção dos indivíduos sãos), variáveis segundo a endemia em causa, devem escolher-se aqueles cuja eficácia foi cientìficamente estabelecida, que se prestam melhor à sua exploração em larga escala e que sejam considerados mais económicos.

O instrumento de luta será um serviço especializado que permita realizar, em meio rural e com o auxílio de brigadas móveis, uma acção médica em massa contra as endemias.

Classifica-se a criação dos serviços de estudo e combate às endemias nas províncias ultramarinas como sendo a disposição de maior importância da nova reforma dos serviços de saúde do ultramar (Decreto n.º 45 541, de 28 de Janeiro último).

O Serviço de Estudo e Combate às Endemias dependerá directamente da Direcção dos Serviços de Saúde.

As suas actividades serão exercidas por brigadas móveis, actuando em sectores definidos.

A actuação das brigadas móveis quase contínua, sob o ponto de vista técnico, será polivalente, procurando diagnosticar e registar os casos das endemias existentes (tripanossomíase, lepra, tropanomatoses, tracoma, etc.) sob o *contrôle* obrigatório do recenseamento da população. Nas convocações periódicas da população, além da prospecção das doenças, as brigadas procederão à vacinação antivariólica, B. C. G., antipolio, aplicando quimioprofilaxia em massa (pentamidina) nas áreas endémicas de tripanossomíase e tratamento em massa (boubas).

Considera-se no Plano Intercalar a conclusão do programa de construções hospitalares, aquisição de equipamento e apetrechamento, ampliação e renovação do existente.

Investimentos programados para a província de Moçambique para o período de 1965-1967

QUADRO X

1) Resumo por sectores

Sectores	Contos
I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base	46 000
II — Agricultura, silvicultura e pecuária	815 000
III — Pesca	308 000
IV — Energia	400 000
V — Indústria	1 436 000
VI — Transportes e comunicações	1 751 000
VII — Turismo	30 000
VIII — Habitação e melhoramentos locais	114 000
IX — Promoção social	500 000
Total	5 400 000

QUADRO XI

2) Desenvolvimento por empreendimentos

Sectores	Contos
I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base	*46 000*
1) Conhecimento científico do território	23 500
a) Cartografia geral	15 000
b) Hidrologia	4 400
c) Meteorologia	4 100
2) Investigação científica	2 500
3) Estudos de base	20 000

Sectores	Contos
II — Agricultura, silvicultura e pecuária	*815 000*
1) Carta de solos	12 000
2) Investigação básica	18 000
3) Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris	150 000
4) Esquemas de regadio e povoamento	560 000
5) Comercialização e armazenagem . .	30 000
6) Crédito agrícola	45 000
III — Pesca	*308 000*
1) Investigação e assistência técnica	18 000
2) Pescas	200 000
3) Regularização do abastecimento interno do pescado e instalações de terra	90 000
IV — Energia	*400 000*
1) Estudos, produção, transporte e distribuição	360 000
a) Estudos	–
b) Produção	310 000
c) Transporte e distribuição . .	50 000
2) Cobertura de empreendimentos já realizados (Lourenço Marques) . .	40 000
V — Indústria	*1 436 000*
1) Indústria extractiva	86 000
a) Carta geológica	40 000
b) Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce	22 000
c) Fomento mineiro	24 000
2) Indústria transformadora	1 350 000
a) Estudos	–
b) Ampliação, renovação e criação de novas indústrias	1 150 000
c) Participação no capital accionista de sociedades de financiamento de desenvolvimento	200 000
VI — Transportes e comunicações	*1 751 000*
1) Transportes rodoviários	665 000
2) Caminhos de ferro	480 000
a) Caminhos de ferro de Lourenço Marques	100 000

Sectores	Contos
b) Caminhos de ferro de Moçambique	70 000
c) Caminho de ferro da Beira	300 000
d) Outros	10 000
3) Portos e navegação.	381 000
a) Porto de Lourenço Marques	225 000
b) Porto da Beira	125 000
c) Outros portos	25 000
d) Carenagem	1 000
e) Farolagem	5 000
4) Transportes aéreos e aeroportos	180 000
5) Telecomunicações	45 000
VII — Turismo	*30 000*
1) Estudos, planeamento e realização de melhoramentos de turismo	30 000
VIII — Habitação e melhoramentos locais. . . .	*114 000*
1) Habitação	60 000
2) Melhoramentos locais	54 000
IX — Promoção social.	*500 000*
1) Educação	220 000
2) Saúde e assistência	280 000
Total	**5 400 000**